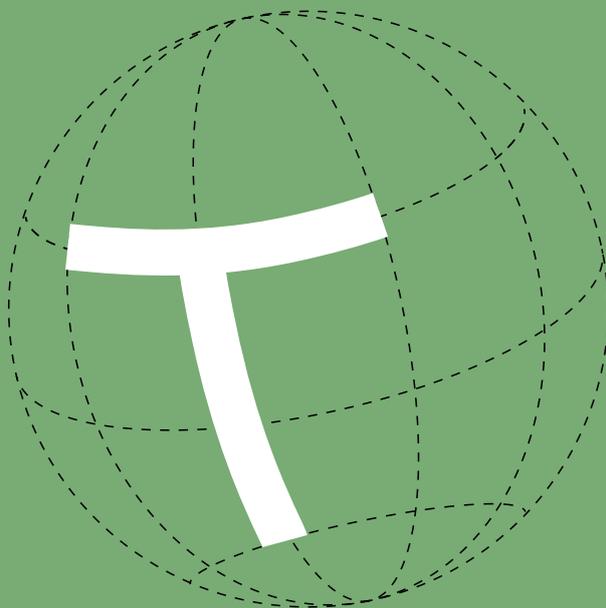


TERRITÓRIOS EM CONFLITO **3**

# PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E A FAVOR DA REDE DA VIDA

Yolanda Jubeto Ruiz, Mertxe Larrañaga Sarriegi  
e Luísa de Pinho Valle



Este material foi extraído da publicação digital *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, da coleção Rede Gernika.

© Jokin Alberdi, Isabel Casimiro, Teresa Cunha, Alfonso Dubois, Gonzalo Fernández, Yolanda Jubeto, Mertxe Larrañaga, María Oianguren e Luísa de Pinho Valle, 2019

© Associação de Investigação pela Paz Gernika Gogoratuz, 2019  
Artekalea, 1-1.º • 48300 Gernika-Lumo  
Tel.: 946 25 35 58  
Correio eletrónico: [info@gernikagogoratuz.org](mailto:info@gernikagogoratuz.org)  
<http://www.gernikagogoratuz.org>

# 3

## PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E A FAVOR DA REDE DA VIDA

---

**Yolanda Jubeto Ruiz, Mertxe Larrañaga Sarriegi  
e Luísa de Pinho Valle**

Yolanda Jubeto Ruiz é professora do Departamento de Economia Aplicada I da Faculdade de Economia e Empresa da Universidade do País Basco (UPV/EHU), e investigadora do Instituto Hegoa e da equipe de economia feminista (Ekosolfem) da Rede de Economia Alternativa e Solidária (REAS). Pertence à International Association for Feminist Economics (IAFFE), e à Rede Europeia de Orçamentos com Abordagem de Género (European Gender Budgeting Network). Forma parte do conselho de redação da *Revista de Economia Crítica*

e colabora ativamente na organização das jornadas bianuais de Economia Crítica e nas Jornadas de Economia Feminista do estado espanhol. Está especializada em economia feminista, economia solidária e no desenvolvimento humano local.

Mertxe Larrañaga Sarriegi é doutora em Economia pela Universidade do País Basco (UPV/EHU) e professora titular no Departamento de Economia Aplicada I. É também docente de economia internacional na Faculdade de Economia e Empresa. É investigadora do Instituto Hegoa. Especializada em economia feminista e desenvolvimento humano local, matérias que leciona em diferentes másters. É autora de várias publicações centradas fundamentalmente no tema de trabalhos. Atualmente é responsável do Máster em Desenvolvimento e Cooperação Internacional da UPV/EHU. Foi a primeira Diretora para a Igualdade da Universidade do País Basco.

Luísa de Pinho Valle é estudante de doutoramento no programa «Democracia en el siglo xxi» no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Licenciada em Direito pela Universidade de Santa Úrsula (Rio de Janeiro, Brasil), e especializada em Direito Público e Gestão Pública no Centro Universitário de Brasília (Brasília-DF, Brasil). Máster em Direito da Universidade de Brasília (Brasil), e máster em Ciências Sociais e Jurídicas da Universidade Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha), os temas que analisa e aprofunda na sua investigação partem da perspetiva dos ecofeminismos em diálogo com as epistemologias do Sul.

**A** análise das desigualdades de género existentes nos contextos analisados neste projeto foi considerada, desde a sua abordagem, como componente imprescindível para estudar os conflitos existentes nos territórios, assim como as possíveis vias de resolução dos mesmos.

Os estudos sobre as desigualdades existentes no mundo demonstram que, em todos os territórios analisados, as desigualdades de género são uma realidade derivada de múltiplas discriminações e violências, baseando-se principalmente no sexo, na raça e na classe social das pessoas. Não obstante, as características e intensidade dessas discriminações são particulares em função dos respetivos contextos. Contudo, em nenhum país do mundo analisado até ao momento, foi constatado uma relação equitativa no acesso e controlo dos bens, na tomada de decisões ou na participação sociopolítica de mulheres e homens.

Neste sentido, consideramos que as considerações feministas são fundamentais para poder abordar as relações patriarcais de domínio, existentes no mundo. Na sua análise, um dos pontos de partida é o estudo dos diversos papéis atribuídos às mulheres e aos homens nas estruturas socioeconómicas, os quais estão intimamente ligados à construção social da feminidade, da masculinidade e das relações de poder derivadas da mesma. Esta hierarquização, condiciona o valor social outorgado às diversas atividades realizadas por mulheres e por homens, ao longo do seu ciclo de vida e, geralmente, procura limitar as capacidades potenciais das mulheres a um conjunto de atividades consideradas femininas. Neste sentido, às mulheres, são-lhes atribuídos uma série de espaços domésticos, para que possam desenvolver as suas atividades, enquanto que aos homens, são-lhes facultados espaços públicos, ligados a atividades sociopolíticas e comerciais. Em suma, as análises feministas sobre o domínio patriarcal, consideram os mandatos de género, nos quais se baseia a divisão sexista do trabalho existente numa sociedade.

No Ocidente, nas últimas décadas, o feminismo de transformação, centrou as suas análises na crítica estrutural do domínio patriarcal capi-

talista e propõe uma revisão da justiça que integre as relações de gênero. Nos restantes continentes, as críticas às relações coloniais, impostas pelo Ocidente a partir do século XVI e a sua influência nas relações patriarcais das comunidades, levou a que os movimentos feministas e pensadoras feministas, integrassem como prioridade a despatriarcalização e a descolonização das suas povoações, como estratégias conjuntas imprescindíveis para a emancipação.

Neste capítulo vamos centrar-nos em extrair algumas chaves de enquadramentos analíticos, que nos servem para entender as relações de dominação atuais (feminismo descolonial, comunitário e ecologista). Por meio destas leituras e visões, que partem de diferentes experiências e análises, pretende-se valorizar a construção coletiva do conhecimento das diversas realidades e das propostas emancipadoras que realizam.

Neste contexto, iremos igualmente introduzir a abordagem das capacidades, uma vez que a sua aposta pela liberdade substantiva das pessoas, extensível aos povos, por meio das capacidades coletivas, permite-nos utilizar umas ferramentas de análise sobre as bases de uma vida desejável.

Após esta breve introdução, a estrutura deste capítulo está organizada em quatro artigos. No seguinte artigo, sintetizaremos alguns conceitos básicos analisados pelos feminismos, para poder situar melhor onde se encontram os eixos da dominação patriarcal capitalista atual e descobrir determinadas chaves da vida humana que esta própria oculta. O relato capitalista patriarcal e colonial da realidade social, tem a intenção de universalizar as formas de compreender o mundo, contudo, é parcial, estereotipado e não responde a todas as realidades; às vezes, nem sequer às ocidentais, tal como deixou em evidência o pensamento feminista.

A continuação, resumem-se os enquadramentos de análises que nos servem para entender as relações de dominação patriarcais, coloniais e capitalistas nas que vivemos. Neste sentido, propomos algumas chaves das teorias descoloniais, comunitárias e ecofeministas. Todas elas têm muitos pontos em comum e incorporam uma visão muito crítica com as relações capitalistas. O seu cruzamento com a abordagem das capacidades permite-nos, mesmo assim, enriquecer a análise com uma realidade poliédrica.

O artigo seguinte aborda um âmbito fundamental na vida de muitas mulheres, o qual condiciona o exercício dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades. Trata-se da manifestação extrema das consequências de uma sociedade patriarcal, à qual é preciso fazer

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

frente, de uma forma urgente, em todas as sociedades. Referimo-nos às violências machistas contra as mulheres, cuja expressão mais extrema é conhecida como femi(ni)cídio.

Continuamos com algumas estratégias de resistência e de superação destas relações de dominação, por meio do que se denominou; o fortalecimento dos movimentos de mulheres na defesa dos seus direitos e o empoderamento individual e colectivo. Tudo isto tendo em consideração que, nas propostas de transformação social, são importantes tanto as transformações nas condições materiais da vida, como nas simbólicas e nas emocionais. Razão da necessidade de integrar também as estratégias que perseguem a redistribuição e o reconhecimento.

Para terminar, será incluído um breve artigo com uma selecção de recursos bibliográficos e telemáticos comentados, que nos ajudem a aprofundar os conceitos, teorias, políticas e práticas, apontadas no texto.

## CONCEITOS BÁSICOS DO PENSAMENTO FEMINISTA

Iniciamos pelo próprio conceito de *género*, que em um dado momento representou uma espécie de revolução semântica e que empregamos para nos referir à construção social das diferenças sexistas entre homens e mulheres. Dito de outra maneira, serve «para se referir aos padrões cognitivos construídos por uma cultura com base nas diferenças reais ou entendidas entre os homens e as mulheres. O género, é a conexão metafórica dos fenómenos não biológicos, com uma experiência corporal de diferenciação biológica» (Nelson, 1996).

As relações de género refletem um dualismo hierárquico, no qual se atribui um valor superior a tudo o que é considerado masculino e um valor inferior ao feminino. Esta categorização encontra-se muito enraizada e extendida nos modos de pensar das nossas sociedades, dando lugar a um imaginário colectivo que alimenta o sexismo e a discriminação sexual contra o que se identifica com o feminino. Não obstante, também devemos ter em conta que «o género vive-se de forma diferente em lugares, corpos e direcções diversas» (Harcourt, 2011) e que é uma construção fluída, que sofre modificações, à medida que evoluem e se transformam as sociedades.

O potencial de transformação deste conceito é inegável, na medida em que entender as relações de género, não como estando determinadas biologicamente, mas sim como construídas socialmente, implica a possibilidade da sua transformação. Mesmo assim, o conteúdo relacio-

nal de género faz com que não se possa utilizar como sinónimo de mulheres, porque esta perspetiva ignoraria os homens como agentes sociais e a forma com que ambas as categorias, homens e mulheres, interatuam e se constroem uma em relação à outra.

Outro conceito fundamental é o de *interdependência*. Partimos da constatação de que somos seres humanos, por natureza, criaturas dependentes do coletivo social, no qual nascemos e vivemos. Somos pois, seres interdependentes, mas este vínculo foi minimizado e às vezes marginalizado pelas teorias económicas que se basearam no individualismo metodológico e na separação das pessoas, no que respeita ao seu meio social. Assim, esqueceram-se que uma parte muito importante do seu comportamento, é uma construção social e, por isso, é fundamental conhecer o contexto, ou os contextos nos quais nos desenvolvemos, para poder analisar as regras de jogo sociais e as normas que influem, tanto nos acordos sociais, nos conflitos, como nos diversos interesses que existem, alguns mais visíveis e outros mais súbtis ou ocultos.

No entanto, não somos só seres interdependentes num sentido social, mas a nossa vida depende e dependeu sempre da natureza (Carrasco, 2017) e sustentar a vida significa manter essa relação de interdependência das nossas sociedades com a natureza. Somos, pois, seres absolutamente *ecodependentes* porque todos os bens e recursos que utilizamos para todas as nossas atividades vitais, têm origem na natureza, da qual formamos parte. Somos natureza. Isso significa que devemos assumir que formamos parte de um contexto biofísico que tem limites. Em suma, vivemos na natureza e dela dependemos e se quisermos sobreviver como espécie, temos que a cuidar.

Além de que, vivemos no nosso corpo, que envelhece, que adocece, que tem que ser cuidado. Neste sentido, ao longo do ciclo vital das nossas vidas, a economia feminista fez grande força na análise do papel em que jogam os *trabalhos de cuidados*, particularmente os não remunerados —mas não esses apenas—, e reflexionou sobre a importância que estes têm na nossa qualidade de vida. Assim, defende que a natureza e o trabalho doméstico e de cuidados, são os dois pilares básicos, nos quais se apoiam o sistema económico atual, porque sem eles o sistema se derrubaria.

A economia feminista observou como os trabalhos domésticos e de cuidados se atribuem geralmente às mulheres, naturalizando esta relação e desvalorizando a sua contribuição à reprodução social das comunidades. Quando estes trabalhos são remunerados, o recurso à contratação de mulheres imigrantes ou racializadas, está na origem

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

do que se conhece por «cadeias globais de cuidados», que se pode entender como outra manifestação da globalização atual, neste caso dos cuidados, sistematicamente ignorada nas análises económicas. Os elos que ligam as cadeias são as mulheres, principalmente provenientes de países empobrecidos, que se movimentam para cuidar e atender lares do Norte e que muitas vezes deixam os seus filhos e filhas ao cuidado de outras mulheres, tanto da família, como contratadas, de maneira precária, tendo conseguido mudar-se em busca de oportunidades de emprego (Orozco, 2010).

Na formação destas cadeias globais de cuidados incidiram duas crises. Por um lado, as crises de reprodução social nos países empobrecidos, que obrigaram muitas mulheres e homens a migrar em busca de uns ingressos que lhes permitissem viver em melhores condições materiais. Por outro, as denominadas crises dos cuidados nas diversas regiões Sul e Norte globais, uma vez que em cada região Sul existe uma região Norte e em cada região Norte existe uma região Sul, as quais se interrelacionam nas estruturas do poder hegemónico contemporâneo.

Assim sendo, no Sul global esse fenómeno não está relacionado com as migrações internacionais, mas sim com ciclos continuados de imigração interna, altamente racializadas. É importante esclarecer que sobre o *Sul e o Norte globais* devemos exercer uma análise política e socioeconómica criativa, uma vez que os desenhos cartográficos não correspondem às realidades do mundo. Neste sentido, as regiões Sul e as regiões Norte interrelacionam-se nas dinâmicas do poder; e as regiões Sul referenciadas são os lugares onde outros conhecimentos são forjados a partir da marginalização e do sofrimento humanos, bem como das resistências ao sexismo, ao racismo, ao colonialismo e ao capitalismo.

Outro conceito importante, que surge como fruto das experiências e reflexões de diversas mulheres, que se encontram com a vivência de diferentes desigualdades (etnicidade, classe social, orientação sexual, diversidade funcional, idade, contexto rural/urbano, etc.), é o da *interseccionalidade* (Davis, 2005). Para a Associação pelos Direitos das Mulheres no Desenvolvimento (AWID, em inglês), este conceito constitui uma ferramenta analítica para a justiça de género e a justiça económica, uma vez que «serve para estudar, entender e responder aos modos em que o género se cruza com outras identidades e como estes cruzamentos contribuem para experiências únicas de opressão e privilégio» (AWID, 2004). A interseccionalidade é uma alternativa às políticas de identidade simples, que integra as diferenças intragrupo e a interrelacionalidade das categorias sociais. É também uma ferramenta política

de visibilidade e de acusação das práticas de exclusão de sujeitos com múltiplas discriminações, sujeitos habitualmente marginalizados e que são tratados como passivos, vítimas e carentes (Gandarias, 2016).

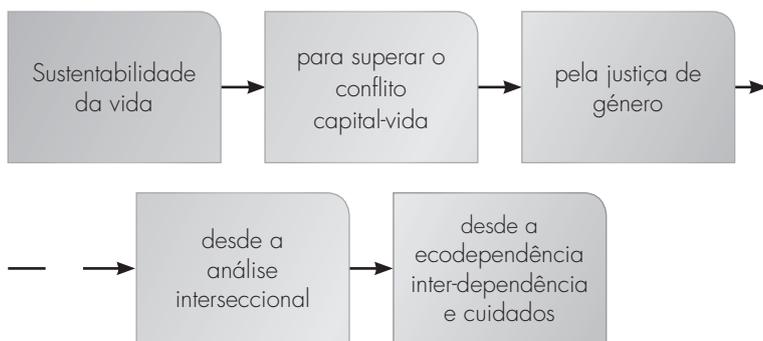
No âmbito das propostas realizadas pela economia feminista destaca-se a de colocar a *sustentabilidade da vida* no centro da análise socioeconómica, entendendo por esta o processo de reprodução ampliada da vida, que requer tanto recursos materiais como contextos e relações de cuidado e afeto (Picchio, 2001). Buscar a sustentabilidade da vida, significa organizar a reprodução, a produção e os intercâmbios para que todas as formas de vida possam sobreviver nas melhores condições, com justiça e igualdade. Neste processo incluem-se a satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como afetivas, num contexto social e ambiental sustentável, para o qual se requer incluir tanto a qualidade das relações humanas, como as condições nas quais vamos deixar o planeta às próximas gerações. A noção de sustentabilidade da vida utiliza-se como antítese à acumulação do capital e ao lucro sem fim e, apesar de aludir à vida humana, pode estender-se a todas as formas de vida. Situá-la no centro da análise económica, significa desviar o eixo dos mercados capitalistas e da acumulação do capital, que estiveram tradicionalmente no epicentro das análises sobre a estrutura socioeconómica.

A acumulação de capital e a sustentabilidade da vida têm lógicas contrapostas, ritmos e requerimentos distintos; são objetivos não reconciliáveis; se se opta pelo primeiro, o outro fica sob o domínio e ao serviço deste. Por este facto, baseando-se no conflito capital-trabalho de Marx, desde o feminismo propõe-se a ideia de *conflito capital-vida*. Sustentar a vida implica superar o conflito capital-vida, substituindo o objetivo da acumulação de capital pela centralidade da vida. No campo concreto das pessoas, situar como objetivo a sustentabilidade da vida, traduz-se em que todos podemos desenvolver uma vida digna e satisfatória, com boas condições de vida, numa harmonia entre as pessoas e com a natureza da qual formamos parte, ou o que se conhece na tradição andina como o *bom viver*. Na base da construção do bom viver estão presentes valores para a convivência comunitária que respeitam a interculturalidade e as relações compartilhadas e horizontais de poder. Mesmo assim, o bom viver confronta e enfrenta os impactos negativos do modelo capitalista de organizar a vida, que alimenta, por exemplo, o consumo baseado na exploração dos recursos naturais, no expólio e dominação de corpos humanos e não-humanos. Propõe, em contrapartida, relações harmoniosas e equilibradas entre os seres humanos e a

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

natureza. Além disso, a filosofia e o conhecimento ancestral indígena latinoamericano não seguem, nem tão pouco guardam uma relação, com a lógica da razão instrumental moderna. Sentir, pensar, atuar, produzir, experimentar, viver, está compreendido no mundo físico, diretamente experimentado no dia à dia comunitário, que se relaciona com outros mundos da existência, ou seja, os que formam a rede da vida. Como um resumo de algumas chaves do pensamento feminista, veja a figura 1.

FIGURA 1. **ALGUMAS CHAVES DA ECONOMIA FEMINISTA**



Fonte: Elaboração própria.

## QUADROS DE ANÁLISE PARA ENTENDER AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO<sup>1</sup>

### ■ O feminismo descolonial face ao legado colonial patriarcal capitalista

As aportações das feministas pós-coloniais, descoloniais e de fronteira, são inspiradoras quanto à sua aposta pela rutura com o modelo colonial capitalista atual. As suas análises sobre as condições materiais e simbólicas da vida, partem da sua própria leitura sobre os relatos históricos —num sentido interdisciplinar, amplo e integral— bem como do contraste com as suas próprias vivências. Nelas cruzam as relações de género com as de raça, classe, etnia e orientação sexual, entre outros

1. Neste apartado utilizou-se como referência varios trabalhos publicados no Instituto Hegoa (Jubeto e Larrañaga, 2014; Larrañaga e Jubeto, 2011).

eixos básicos que configuram os sistemas de dominação em que estão inseridas; sistemas frequentemente racistas e fortemente hierarquizados.

Parafraseando Liliana Suárez Navaz e Rosalva Aída Hernández Castillo, poderíamos dizer que o *feminismo pós-colonial* surge da necessidade de criar um espaço político caracterizado pelo questionamento das heranças de dominação, que mesmo assim pretende imaginar outras cartografias de resistências possíveis. Elas tratam de «construir pontes de comunicação entre tradições feministas que não estiveram suficientemente representadas na literatura feminista acadêmica, hegemônica pela produção teórica dos Estados Unidos e da Europa. Estas aportações questionam visões feministas etnocêntricas que não consideraram a articulação entre gênero e raça, ou entre identidades culturais e identidades de gênero, nem o estreito vínculo entre o racismo, o imperialismo e as práticas e ideologias patriarcais» (Suárez e Hernández, 2004).

Entre as suas críticas destaca a visão deformada que tem o pensamento do Norte, incluído o feminismo liberal, sobre as mulheres do Sul. Assim, por exemplo, Mohanty (1987) considera que o feminismo ocidental foi dedicado a «produzir uma “mulher terceiro-mundista” composta e singular; uma imagem que aparece arbitrariamente construída, mas que no entanto leva o selo autorizado do discurso humanista ocidental». Igualmente, o mundo acadêmico ocidental criou um estereótipo de mulher do «Terceiro Mundo» que é um «outro» indiferenciado, oprimido tanto pelo seu gênero como pelo seu subdesenvolvimento. A hegemonia ocidental do *establishment* acadêmico está ligada às praxis econômicas e ideológicas que impedem a escuta da voz de mulheres subalternizadas (Spivak, 2006). Ao responder à própria pergunta (Can the subaltern speak?), Gayatri Spivak esclarece que, para além de não ser possível recuperar a voz da consciência subalternizada —pois, muitas vezes as memórias significam o registo da dominação—, o próprio discurso da pessoa subalternizada não é válido nos diversos espaços de investigação/conhecimento.

Para entender esta hegemonia ocidental, tal como analisa Aníbal Quijano (2000), devemos ter em consideração que a América foi constituída como o primeiro espaço/tempo de um novo padrão de poder de vocação mundial. A primeira *id*-entidade da modernidade foi mundialmente expandida sobre dois pilares: a construção mental de raça e o firmamento do capitalismo (Valle, 2017). O momento do nascimento da modernidade, na perspectiva teórica desenvolvida por Enrique Dussel (1993), foi em 1492; ano de fundação do *en*-cobrimento do outro, aquele *en*-coberto como o próprio constituído a partir de Europa. A hostilidade

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

contra os corpos e as vidas das mulheres foi reproduzida nos territórios «conquistados» nas Américas, passando desde a experiência da violência pura até às transformações práticas de natureza erótica, pedagógica, cultural e económica.

Uma parte importante das análises vinculadas com os processos de desenvolvimentos realizados por autoras e autores europeus (ou descendentes das colónias europeias e educados nas metrópolis) e do norte da América caracterizou-se, durante décadas, por uma visão dos países do Sul como «entes inferiores» que deviam recorrer ao mesmo caminho de «progresso» e «desenvolvimento» que o Norte, seguindo os seus passos e processos. Apesar desta visão ter sido criticada desde há muitas décadas, tanto em movimentos sociais, instituições internacionais de desenvolvimento como em universidades, mantém-se um sentimento de superioridade do conhecimento que se desenvolve no Norte, materializado também nas suas valorizações sobre os «outros», o que reflete padrões de pensamento oriundos da época colonial. É por isso que cada vez mais autoras e autores do Sul destacam a «*colonialidade do poder*» como o modelo hegemónico global de poder instaurado desde a «conquista», o qual articula raça e trabalho, espaço e gente, de acordo com as necessidades do capital e para o benefício dos europeus brancos (Quijano, 1992). Esta crítica vincula o modo de produção capitalista com o racismo imperante durante séculos nas colónias, o qual sobreviveu nas elites dominantes dentro dos estados independentes e se deslocou ao resto das classes sociais, por ser o pensamento hegemónico que impregna o tecido social.

O pensamento pós-colonial e descolonial, alimenta-se deste tipo de reflexões e acusa assim as relações de dominação surgidas após as invasões por parte dos conquistadores europeus de povos dos outros continentes do planeta. Nestas conquistas foram-se configurando relações sociais de dominação que, em palavras de Aníbal Quijano, foram dando lugar à «criação de identidades associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas e, em consequência, ao padrão de dominação colonial que se impunha. [...] Raça e *identidade racial* foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população», e serviram para outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pelas conquistas.

A partir da colonização americana e da sua extensão ao resto dos continentes, elaborou-se uma *perspetiva eurocêntrica do conhecimento*, e com ela construiu-se a ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação, entre europeus e não-europeus. Por via destas

construções teóricas procurou-se legitimar as antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominados e dominantes. Esta visão hierarquizada das relações humanas entre diversas culturas, vincula-se fortemente com outro instrumento de dominação, mais antigo, como é o intersexual ou de género (Quijano, 2000). Nessa perspectiva, a modernidade e a racionalidade moderna imaginaram-se como experiências e produtos exclusivamente europeus; as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa (ocidental) e o resto do mundo, codificaram-se num conjunto de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, místico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Falamos de «novas categorias» porque a mais antiga das relações de dominação — patriarcal — não é ignorada por Quijano (2009) quando afirma que a construção mental da ideia de raça foi fundamental para a constituição do novo padrão de poder mundial capitalista-colonial-eurocêntrico. Considera, mesmo assim, que a dominação patriarcal foi substancialmente agravada a partir do momento da racialização hierárquica das pessoas. Também salienta que a ideologia que considera, de que todo o homem é superior à mulher, mudou de configuração desde a materialidade das relações sociais e que toda a mulher de raça «superior» é, por definição, superior a todo o homem de raça «inferior», desde a colonialidade do poder (Valle, 2017).

É importante referir que a colonialidade do poder não é uma entidade homogênea, sentida de maneira igual por todos os grupos subalternizados, oprimidos e explorados (Walsh, 2007), ao longo dos últimos cinco séculos em todo o mundo moderno. Catherine Walsh refere que entre os grupos indígenas de resistência no Equador e os afro-equatorianos, por exemplo, as diferenças étnicas e raciais, dentro das complexas histórias locais, demonstram claramente o padrão da colonialidade do poder presente nas relações socio-políticas. Isto porque, a colonialidade entendida como padrão de poder que emergiu do colonialismo moderno não se limitou às relações formais de poder entre colonizado e colonizador (ou entre povos/nações e impérios/Estados), como está inter- e intra-relacionada com todas as formas e construções socio-político-económico-culturais desenvolvidas e articuladas entre si pelas conceções de trabalho, conhecimento, ser e autoridade ditadas pelo mercado capitalista mundial contemporâneo (Maldonado-Torres, 2007).

As mulheres *afroamericanas feministas*, por sua vez, realizam as suas próprias análises sobre os *efeitos racistas do pensamento colonial* ao analisar o feminismo liberal que estava a estender-se nos Estados Unidos, a partir das décadas dos sessenta e setenta do século XX. Estas mulheres não se

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

identificavam com o feminismo impulsionado pelas mulheres burguesas norte-americanas brancas (insatisfeitas com o seu modo de vida), uma vez que estas últimas, nos seus escritos, não denunciavam muitas das opressões que experimentavam as mulheres estadunidenses negras e, no entanto, faziam uma análise intencionalmente global de homogeneização, excluindo outras realidades e problemáticas. Estas reflexões levaram-lhes a defender que a opressão de género não podia ter a pretensão de igualar todas as mulheres, quando existiam opressões específicas de coletivos concretos de mulheres que deviam analisar-se em paralelo. Assim, a princípios da década dos oitenta, tanto Ángela Davis (2005) como bell hooks,<sup>2</sup> entre outras autoras, recusaram a ideia de que a raiz de todos os problemas era o patriarcado e que a erradicação da opressão sexista levaria necessariamente à eliminação de todas as demais formas de opressão. Em opinião de ambas, falar do patriarcado e não do racismo permite que as feministas brancas continuem a atuar como exploradoras e opressoras. *Sexismo, racismo e exploração de classe* constituem sistemas interrelacionados de dominação; o «paradigma» da raça, o sexo e a classe e, não só o sexo, determinam o estatuto da identidade feminina.

Juntamente com as afro-americanas encontram-se mulheres de outras origens étnicas, tais como mestiças, chicanas e latinas, em geral, as quais necessitam fazer «feminismos desde e para além das fronteiras», dadas as complexas interseções que constituem as relações de subordinação às que devem fazer frente mulheres que não são brancas, burguesas, heterossexuais e urbanas. Estes *feminismos a partir das fronteiras* analisam, em conjunto com as relações de género, às de classe, de racismo, de lesbofobia, dos efeitos da colonização, da descolonização e das migrações transnacionais, entre outras.

María Lugones lembra que a transformação da civilização inaugurada na modernidade gerou a colonização da memória e, como consequência, a própria noção de si das pessoas; da relação intersubjetiva; da relação com o mundo espiritual; com a terra; com a própria conceção da realidade; e das organizações sociais, ecológicas e cosmológicas. Desta forma, descolonizar o género significa compreender a histórica relação da opressão versus resistência, além das práticas contra o racismo do conhecimento e do ser, os colonialismos, a heterossexualidade, o patriarcado e o capitalismo, a fim de transformar a experiência social (Lugones, 2014). Ela afirma que não se resiste à colonialidade de género

---

2. Gloria Watkins utilizou este pseudónimo e escreveu *Aint I a Woman?* em 1983, inspirando-se num discurso que pronunciou a abolicionista Sejourney Truth em Ohio em 1851.

sozinha, mas no fundo, entendendo a forma de viver no mundo como sendo partilhada, permitindo assim a re-pertença.

A missão descolonizadora de muitas das autoras destas correntes feministas, abrange não só o conhecimento produzido a partir do Ocidente, como o interior «destes mesmos movimentos políticos dos quais algumas delas constituem parte, os quais tiveram a reproduzir as representações e exclusões do colonizador» (Suárez e Hernández, 2004). Denuncia-se portanto o *colonialismo interno*, isto é, o domínio de uma cultura sobre a outra, a supremacia de uma racionalidade, uma institucionalidade, e em geral de um sistema social sobre outras racionalidades e sistemas de reprodução da vida social.

Entre os êxitos do «feminismo de cor» encontram-se incluir no programa feminista «a abertura das restrições discursivas que afirmavam a primazia de, por exemplo, a classe ou o género estarem acima dos outros eixos de diferenciação» (Quiroz, 2011). Neste sentido, as suas reflexões em torno das identidades-fronteira, a proposta de pensar o colonialismo não como uma etapa histórica mas como uma relação de poder entre distintos tipos de conhecimento, e a reformulação dos nossos feminismos a partir do reconhecimento da diversidade, tendo em conta que algumas diferenças foram ou são o resultado das relações de dominação de mulheres por mulheres, enriquecem não só o feminismo como as análises sociais e as possibilidades de transformação social. As diferenças raciais, sexuais ou sociais têm que ser concetualizadas dentro do contexto político e ideológico e não só na consciência individual.

## ■ Ensinamentos do feminismo comunitário/indígena

No Ocidente, também temos muito que aprender dos ensinamentos dos feminismos dos povos, originários do mundo e das regiões Sul não-imperiais, isto é, aqueles que coexistem contemporaneamente com outros povos das regiões Norte e outros das regiões Sul, onde a colonialidade e o colonialismo permanecem, mas não constituem o todo. Assim, quer seja feminismo popular, indígena ou comunitário o nome designado para identificar as lutas e as resistências praticadas por inumeráveis mulheres nas regiões Sul do mundo, a construção convergente entre eles é a de corpos de resistência contra o avanço de todo o tipo de opressão, que necessariamente se define anticolonial e anticapitalista. Atuam e falam, portanto, das resistências e das lutas desde os corpos que o integram, as suas histórias de vida; falam em plural e contextualizadas pois abrangem o enmaranhado que compõem as estruturas de

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

opressão que operam contra os corpos de mulheres, travestis, indígenas, trans, pobres, camponesas, mestiças, etc.

Muitas mulheres indígenas analisam desde a sua condição feminina a historicidade do racismo, da exploração laboral, da marginalização e da exposição à violência que sofrem, sem se atreverem a confrontar o universo simbólico dos seus povos. Na medida em que tiveram de lidar, ao longo das suas vidas, com fatos traumáticos e violências constantes, casas atacadas, familiares detidos ilegalmente, mulheres violadas por grupos de soldados e paramilitares, agressões de autoridades tradicionais masculinas, mulheres que assumem cargos políticos de eleição cidadã, ameaças de responsáveis contra as ecologistas comunitárias, invasões de terras, execução de lésbicas, discriminações nas escolas, nos hospitais e nas prisões, etc. Às feministas indígenas que são ativistas dos direitos humanos das mulheres muitas vezes o tempo não lhes permite uma reflexão acerca do estrutural que é a desigualdade entre mulheres e homens na sua cultura.

No entanto, existem feministas de diversos povos que promoveram reflexões importantes sobre o lugar desde onde se pensa a superioridade masculina e como se serve para as excluir do poder político e económico, «situando-as em vários “recolhimentos” onde desempenhar o que se lhes atribui como função social: o recolhimento dentro de casa, como trabalhadora doméstica e detentora das redes afetivas de parentesco e o dentro da comunidade, onde se lhes atribui o papel de defensoras da cultura e, portanto, se lhes nega o trato com o mundo exterior» (Gargallo, 2016).

«É nesse contexto que se definem distintos feminismos, se acompanham desde os recantos e se encontram sob distintos nomes num corpo coletivo ativo, que se enfrenta ao avanço contra os seus territórios» (Parodi e Canteros, 2016). Isto é o que se sucede nos feminismos comunitários de Guatemala e Bolívia, por exemplo. Desse lugar, o feminismo promovido não partiu da teoria, mas da prática quotidiana de violências e discriminações sofridas nos corpos indignados. Converteu-se numa forma de reivindicação da autonomia das mulheres indígenas, face ao patriarcado ancestral originário, o sistema de opressão que as submete nas suas comunidades. Elas lutam por defender tanto o «território corpo» como o «território terra». Não concebem que a luta dos seus povos contra o despojo dos seus territórios esteja separada da luta contra a violência machista que abunda neles (Cabnal, 2016).

No caso dos povos K'che', as organizações que defendem o seu direito à vida nas condições que seus povos decidam, demonstram-nos

por via da sua luta a dureza da resistência das populações indígenas perante a destruição dos recursos naturais. A cosmologia maya interrelaciona a vida com a natureza e o direito de todos os seres a viver uma vida digna. É uma visão que as indígenas guatemaltecas atualizaram vinculando-a com a defesa dos direitos das mulheres. Tal como está a suceder em diversos lugares do nosso planeta, para além das empresas transnacionais mineiras e hidroeléctricas, «as comunidades indígenas guatemaltecas enfrentam-se à remilitarização dos seus territórios e a uma estratégia de desenvolvimento económico que arrasa com os seus direitos e a sua cultura. A participação e a liderança das mulheres são essenciais para a resistência do movimento» (AC SUR, 2014).

Em palavras de Lorena Cabnal, o feminismo comunitário «é uma recriação e criação de pensamento político ideológico feminista e cosmogónico, que surgiu para reinterpretar as realidades da vida histórica e quotidiana das mulheres indígenas, dentro do mundo indígena». É uma proposta elaborada desde o pensamento e sentimento de mulheres indígenas (fundamentalmente aymaras bolivianas e xinkas guatemaltecas) «para reportar à pluralidade de feminismos construídos em diferentes partes do mundo, com o objetivo de ser parte do contínuo de resistência, transgressão e epistemologia das mulheres em espaços e temporalidades, para a abolição do patriarcado originário ancestral e ocidental» (Cabnal, 2016).

As mulheres indígenas reconhecem parte da *red da vida*, que está relacionada com o tecido da vida. Esta rede integra as relações internas das espécies, as relações entre espécies e os diferentes espaços em que habitam, as relações entre os elementos e as energias componentes do planeta e que interatuam no universo. Consideram que a natureza ensina que não se pode delinear uma visão linear da vida e que as análises serão unidimensionais separando-se da sociedade humana e da natureza (AC SUR, 2014). O feminismo indígena que elabora estratégias comunitárias para a socialização do trabalho de reprodução da vida das mulheres, não poderia existir se a comunidade desaparecesse e se impusesse um sistema individualista de supervivência monetária assalariada e uma família nuclear.

## ■ Contribuições ecofeministas

Se bem que os problemas da degradação ambiental foram inicialmente uma preocupação das comunidades que vivem vinculadas diretamente com os ciclos da natureza, como verificámos nas reflexões e

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

práticas do feminismo comunitário e indígena, esta sensibilização foi aumentando após conhecerem-se os efeitos nocivos de muitos produtos utilizados nos processos de industrialização, tanto no meio urbano como no rural. Entre as analistas pioneiras destas consequências nocivas, situa-se Rachel Carson, com a sua obra *Primavera silenciosa* (orig. 1962; 2005).

Atualmente, perante o agravamento da crise ecológica que vive o planeta, observamos a falta de resposta por parte dos organismos internacionais e de grande parte dos governos do mundo que foram incapazes de ativar uma mudança de rumo nas prioridades económicas e nos padrões de produção, distribuição e consumo. Este facto é motivo de preocupação a nível global e está a gerar um despertar de consciências e uma mobilização social crescente, sobretudo por parte das gerações mais jovens.<sup>3</sup> Ainda assim, está a impulsionar uma aproximação entre as propostas feministas e ecologistas.

O ecofeminismo, como movimento social crítico ao sistema económico dominante, surgiu em meados da década dos anos setenta do século XX, dentro da onda do feminismo, que ressurgiu nos anos sessenta e do movimento ecologista da época. Segundo Mary Mellor (2000), o ecofeminismo é «um movimento que procura uma conexão entre a exploração e a degradação do mundo natural e a subordinação e opressão das mulheres». Como tal, tomou elementos do movimento ecologista e do feminista, representando para ambos um desafio. Para Vandana Shiva, *o ecofeminismo é uma filosofia e uma prática feminista* que nasce da convicção de que o sistema «se constituiu, foi constituído e mantém-se, por meio da subordinação das mulheres, da colonização dos povos “estrangeiros” e das suas terras, e da natureza», e considera a subordinação das mulheres e a exploração da natureza como duas faces da mesma moeda: a subordinação da vida à prioridade da aquisição de benefícios económicos.

Deste modo, as autoras ecofeministas procuram compreender e realçar as articulações e as simetrias entre a exploração do que foi conveniente chamar a natureza e a dominação de seres que se pensam e se representam como mulheres. As ecofeministas tendem a ver o mundo natural, incluindo a humanidade, interconectado e interdependente e inscrevem nas suas análises sobre as crises ecológicas o papel que joga a

---

3. Quando escrevemos esas linhas, as manifestações de jovens no Norte global contra a inação face à alteração climática adquiriram uma dimensão mais alargada. O movimento conhecido como Fridays for Future exige às classes políticas que adoptem medidas eficazes para travar o aquecimento global.

desigualdade de gênero, uma vez que os homens e as mulheres parecem manter uma relação diferente com o mundo natural.

Hoje o ecofeminismo é plural, partilha de vozes críticas e diversas, que proporcionam leituras múltiplas relativamente às realidades do mundo. No entanto, as distintas perspectivas teóricas, convergem na necessidade de partilhar a vida humana e não humana, no planeta. As ecofeministas defendem que a indivisibilidade e a interdependência da vida em todas as suas manifestações/formas, bem como a dignidade, a justiça cognitiva e uma ética socioeconómica e política passam pela luta política anti-patriarcal. É importante realçar que as ecofeministas compreendem a terra como a matriz na qual estão assentes as condições vitais da existencia, e não no que se reduz à paisagem ou recurso de transação mercantil.

Os diversos ecofeminismos reconhecem no racionalismo instrumental um caráter androcêntrico e antropocêntrico predominante. A monocultura mental, imposta pelo sexismo epistémico, estendeu-se à terra, reduzindo esta à categoria de natureza, isto é, algo exterior e separado do social e das comunidades humanas (Shiva, 2013). Esta desigualdade essencial construída possibilitou a divisão do mundo (Santos, 2018) entre espaço metropolitano que explora e domina e o meio colonial que é dominado e pode ser despojado ou até mesmo destruído. Tal como foi atribuído às mulheres o estatuto de segundo sexo, passivo, à disposição dos homens, sendo que estes foram pensados como medida de todas as coisas; a ascensão do patriarcado capitalista, o qual está na base do colonialismo moderno, forjou a racionalidade para a qual também a natureza é um recurso que pode ser explorado para gerar a acumulação de riqueza.

Atualmente, a experiência do mundo está marcada por ciclos de dominação e exploração extrativa, cada vez mais violenta e em grande escala (Svampa, 2019). Esta realidade reforça os abismos criados entre a vida e a economia, entre o trabalho e os modos de vida, e entre as mulheres e os homens. A economia corporativa transnacional, fundada na ideia de crescimento ilimitado e na acumulação do capital a todo o custo, resignificou a cultura moderna numa economia de guerra permanente contra o planeta e os povos. Por tudo isto, segundo Vandana Shiva (2013), vivemos em pleno eco-apartheid. Este modelo, desenvolvido no século XXI, alcança outras dimensões porque as atividades historicamente extrativistas passam a incluir «as mega indústrias mineiras a céu aberto; a expansão da fronteira petroleira e energética; a construção de grandes hidroeléctricas e obras de infraestruturas» (Svampa,

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

2019), para além da proliferação de «diferentes formas de monocultivo ou monoprodução, através da generalização do modelo do agronegócio, da sobreexploração pesqueira e dos monocultivos florestais». Isto é, o neoextrativismo contemporâneo baseia-se na sobreexploração dos bens naturais, muitos deles não renováveis, e na perseguição da expansão territorial/marítima, à custa de quantos e quais corpos, culturas, identidades, modos de vida, se encontrem nesses espaços.

Em geral, foram as ecofeministas do Sul não-imperial que mais questionaram o mau desenvolvimento exportado do Norte-imperial pelas suas diretas consequências sobre a quotidianidade de milhões de mulheres. Shiva, por exemplo, considera que o seu ecofeminismo baseia-se na observação de que «para as mulheres rurais pobres do Sul, os seus laços com o mundo natural se encontram na realidade da sua vida quotidiana: toda a luta é uma luta ecológica», visto que são elas, bem como o meio-ambiente, as que estão a suportar os custos dos processos de desenvolvimento. Para além disso, as mulheres preocupadas pelo agravamento dos problemas ecológicos também questionam e têm em conta os cruzamentos existentes entre esses processos, o racismo e a falta de representação das mulheres.

Apesar das diferenças entre as ecofeministas,<sup>4</sup> estas partilham a *crítica ao feminismo que reclama a igualdade dentro do sistema capitalista, através do crescimento económico* e do «desenvolvimento» para as mulheres, visto que esta não é possível do ponto de vista ecológico. Mesmo assim, as ecofeministas compartilham a ideia de que o mundo natural, do qual forma parte a humanidade possui a sua própria dinâmica para além da «construção» ou do controlo humano.

Entre as suas críticas ao sistema económico capitalista, destacam as reivindicações realizadas no Sul, as quais giram em torno do acesso à água limpa, aos alimentos saudáveis, às árvores e bosques, assim como a outros bens comuns, cuja privatização, e às vezes destruição, estava a acelerar os processos de pobreza e de doenças em comunidades inteiras. Faz sentido falar e invocar um Sul não-imperial coexistente e contemporâneo de outras regiões do Norte e outras regiões do Su, onde

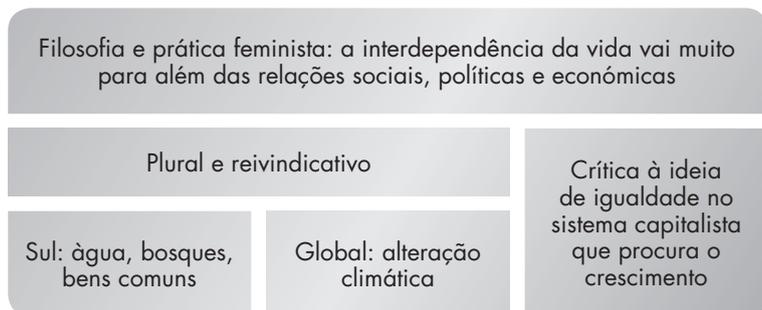
---

4. Nas primeiras décadas de ecofeminismo, algumas posições foram questionadas por visarem a um universalismo essencialista, uma vez que defendiam que, ao serem as mulheres quem dão vida, existia uma relação especial entre elas, e somente entre elas, e o mundo natural. Este facto gerou repulsa e medo ao essencializar e naturalizar tanto às mulheres como à natureza. Mas estas resistências ignoraram as diversidades de correntes e abordagens existentes dentro do ecofeminismo.

a colonialidade e o colonialismo permanecem mas não representam o todo (Cunha, 2015). No imaginário cartográfico sobre o Norte, as lutas ecofeministas também se centraram ao redor dos efeitos para a saúde e a vida de produtos e desperdícios industriais tóxicos (pesticidas agroquímicos, resíduos nucleares, indústria militar...), assim como das fontes energéticas e da privatização dos bens comuns.

Neste sentido, a pluralidade de pensamentos e defesas ecofeministas não ignoram que as relações sociais que as mulheres e homens foram desenvolvendo influíram na nossa relação com o resto dos seres do planeta. Todavia, para além do pensamento hegemónico em evidência, as práticas ecofeministas significam pedagogias que confirmam que as experiências presentes no mundo excedem, em larga medida, a experiência patriarcal-capitalista-colonial do mundo (Cunha, 2011). O nosso mundo é complexo e plural e a interdependência da vida vai muito para além das relações sociais, políticas e económicas formatadas pela racionalidade patriarcal-capitalista-colonial hegemónica atual. Deste modo são necessárias análises da realidade social e económica de cada contexto geográfico, tendo em conta as intersecções das diversas facetas das subjetividades de mulheres e homens de diversos grupos e as relações de poder existentes dentro dos mesmos. Todos estes elementos são muito relevantes para conhecer não só como se situam no meio, como as possibilidades de que as suas vozes e demandas sejam consideradas e consigam transformar os graves problemas ecológicos aos que nos enfrentamos atualmente. Por tudo isto, as leituras ecofeministas são, como quase todos os conhecimentos, diversas e contextualizadas (veja figura 2).

FIGURA 2. **CHAVES DO ECOFEMINISMO**



Fonte: Elaboração própria.

## ■ A abordagem das capacidades e a sustentabilidade da vida

A abordagem das capacidades considera que as pessoas devem ser o fim, e não só o meio, do desenvolvimento, e concebe este como um processo que amplia as opções das pessoas por levarem uma vida que considerem valiosa. Este conceito, denominado «desenvolvimento humano», foi amplamente difundido nos últimos anos, desde que foi formulado por Mahbub ul Haq, Amartya Sen e Martha Nussbaum fundamentalmente.

Esta abordagem pode entender-se como uma aproximação à avaliação da qualidade de vida e à teorização sobre a justiça social básica. As capacidades não são mais que a resposta à pergunta «o que é que uma pessoa é capaz de fazer e de ser?». Dito de outra maneira, as capacidades são o que Sen chama «liberdades substanciais», um conjunto de oportunidades (habitualmente interrelacionadas) para eleger e atuar (Nussbaum, 2012) e está estreitamente vinculado com a abordagem de direitos que reúne os principais âmbitos nos quais as pessoas têm direito a decidir sobre as suas vidas.

Para que existam mais oportunidades o fundamental é desenvolver as capacidades humanas, isto é, promover a sua capacidade de organizar a sua vida de acordo com a sua visão pessoal sobre o que é o mais profundo e o mais importante (Nussbaum, 2012). Em geral, de uma forma sintética considera-se que as capacidades mais essenciais para o desenvolvimento humano são desfrutar de uma longa vida saudável, ter acesso a uma educação de qualidade, aceder aos recursos necessários para conseguir um nível de vida digno e poder participar na vida da comunidade. No entanto o desenvolvimento humano vai muito mais além, e outras esferas de opções fundamentais na qualidade de vida das pessoas incluem a garantia dos direitos humanos, a segurança humana e o cuidado da vida e do planeta, entre outras; todas necessárias para que uma pessoa possa ser criativa, produtiva, desfrute do respeito próprio, e desenvolva o seu potencial interno e a sensação de pertencer a uma comunidade. Nussbaum elaborou uma lista de dez capacidades fundamentais universais, estreitamente vinculadas às questões implementadas neste capítulo (veja quadro 1). Estas capacidades não se podem entender umas sem as outras e é evidente que estão intimamente relacionadas.

## CUADRO 1. CAPACIDADES CENTRALES DE MARTHA NUSSBAUM

1. **Vida.** Ser capazes de viver uma vida humana, de duração normal, até ao seu final, sem morrer prematuramente ou antes de que a vida se reduza a algo que não mereça a pena viver.
2. **Saúde corporal.** Ser capazes de gozar de boa saúde, incluindo a saúde reprodutiva, estar adequadamente alimentado/a e ter uma vivenda adequada.
3. **Integridade física.** Ser capazes de se moverem livremente, de um lugar a outro e com segurança.
4. **Sentidos, imaginação e pensamento.** Ser capazes de utilizar os sentidos, de imaginar, de pensar e de raciocinar, de uma forma realmente humana, isto é, informada e cultivada graças a uma educação adequada.
5. **Emoções.** Ser capazes de ter vínculos afetivos com coisas e pessoas alheias a nós próprios.
6. **Razão prática.** Ser capazes de formar um conceito do bem e iniciar uma reflexão crítica a respeito da planificação da vida.
7. **Afiliação.** Ser capazes de viver com outras pessoas, de estar comprometidos para com outras e tratá-las como seres dignos cujo valor é idêntico ao de uns e aos de outros.
8. **Outras espécies.** Ser capazes de viver interessadas e em relação com os animais, as plantas e o mundo da natureza.
9. **Jogo.** Ser capazes de rir, jogar e desfrutar de atividades de ócio.
10. **Controlo sobre o próprio contexto (político e material).** Ser capazes de participar eficazmente nas decisões políticas e de possuir propriedades.

Fonte: Nussbaum (2012).

A inquietude pela habilidade das pessoas de forjar o seu próprio destino, o que Amartya Sen denomina a sua «*agência*», é fundamental na abordagem das capacidades e vincula-se estreitamente com a liberdade. A análise de género também é fulcral na abordagem das capacidades por duas razões. Em primeiro lugar, porque as relações de género têm uma enorme importância intrínseca, uma vez que as desigualda-

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

des das mulheres em muitos contextos, e em todo o mundo, supõe um grande desajuste no campo da justiça. É também um problema de desenvolvimento, porque a negação de oportunidades às mulheres trava o desenvolvimento de muitos países. Em segundo lugar, porque estes problemas são uma «prova de fogo teórica» que ilustram muito bem como as abordagens convencionais em matéria de desenvolvimento são inadequadas, sendo que a abordagem das capacidades funciona muito melhor (Nussbaum, 2012). A economia feminista reivindica que todas as capacidades, não só a de cuidados na esfera não comercial, são cruciais para tornar real o direito que assiste às pessoas em cuidar e serem cuidadas, cuidados entendidos num sentido amplo (pagos e não pagos; diretos e instrumentais, etc.).

Os quadros de análise sintetizados anteriormente neste artigo podem integrar-se na abordagem das capacidades. Por exemplo, as reflexões ecofeministas elaboram artigos que têm como objetivo ampliar a sua capacidade de transformação social, num mundo ecologicamente em perigo. Estas aprendizagens podem ser de grande relevância no aprofundamento da abordagem das capacidades, uma vez que muitas mulheres no mundo, estão a levantar as suas vozes contra processos destrutivos do seu habitat e das suas formas de vida, os quais são impulsionados por um desenvolvimento que adota diversas formas (neo extrativismo, privatização de bosques, terras, água...). Neste contexto, devemos ter em conta que o término *desenvolvimento* deve ser tomado com muita precaução, uma vez que é muito forte a tendência a identificá-lo com o mau desenvolvimento e o desenvolvimentismo destruidor do mundo natural e explorador de homens e mulheres, sobre quem recaem as consequências de um sistema de dominação capitalista, patriarcal e colonial, questionado cada dia de forma mais enérgica.

Na abordagem das capacidades, consideram-se não somente as imprescindíveis componentes materiais da vida, como também as imateriais, onde a dimensão emocional e de vínculo com o resto dos seres vivos, humanos e não-humanos, permite-nos interligar às propostas tão valiosas do ecofeminismo, do feminismo popular e comunitário dos povos originários que situam a sustentabilidade da rede da vida no centro das análises e das soluções.

Relativamente às *capacidades coletivas* de nível institucional ou organizacional, consideramos importante sublinhar que as «instâncias coletivas», sejam do tipo que sejam, não são instâncias animadas, com vida própria independente das pessoas que as conformam, mas estão constituídas por pessoas e, nesse sentido, é importante rever, em primeiro

lugar, o papel e o lugar de mulheres e homens de diferentes étnias, classes, diversidade funcional, opção sexual, etc., nas organizações e muito particularmente na tomada de decisões. Em segundo lugar, na sua aposta pela mudança e, em concreto, pela transformação do modelo de desenvolvimento, deveria incorporar sempre a abordagem de género de maneira transversal. Evidentemente, a reflexão poderia ser mais interessante se identificarmos instâncias coletivas e organizações chaves para o desenvolvimento humano local. Na nossa opinião, uma poderia ser os movimentos sociais, e neste caso teríamos que analisá-los desde uma abordagem de género e estudar as propostas de transformação dos movimentos feministas e organizações mistas e de mulheres. Para além disso, a análise das estruturas económicas existentes que tendem a superar as relações de opressão e a desenvolver práticas de economia social e solidária também contribui para um conhecimento mais aprofundado das realidades analisadas e o seu potencial de transformação.

### **AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES**

Na abordagem das capacidades reivindica-se o papel em que jogam as políticas públicas, na qualidade de vida das pessoas e das coletividades. E além disso, valoriza-se a importância da sustentabilidade no tempo daquelas políticas, que contribuem a assegurar o desenvolvimento das capacidades das pessoas. Neste sentido, resultam relevantes os artigos de Jonathan Wolff e Avner De-Shalit, uma vez que incorporam o conceito de *segurança da capacidade*. Sustentam que as políticas públicas não devem limitar-se a proporcionar uma capacidade às pessoas, mas devem facilitar de forma a que estas possam considerá-las no futuro. Esta perspectiva da segurança implica perguntar até que ponto está protegida cada capacidade dos caprichos e quebras do mercado ou de interesses políticos. Promove também à reflexão sobre as formas de organização política, administrativa, etc., mais adequadas para garantir essa segurança (Nussbaum, 2012).

Wolff e De-Shalit introduzem mesmo assim os conceitos de «funcionamento fértil» e «desvantagem corrosiva». Um *funcionamento fértil* é aquele que tende a favorecer também outras capacidades relacionadas. Um exemplo poderia ser, em vários contextos, a educação, porque abre diversas opções às pessoas. A *desvantagem corrosiva* é o reverso do «funcionamento fértil», pode definir-se como privações que têm efeitos es-

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

pecialmente amplos em outras áreas da vida. Para muitas mulheres, a violência é sem dúvida uma desvantagem corrosiva. Investigar possíveis capacidades/funcionamentos férteis e desvantagens corrosivas, pode ser importante para detetar os pontos nos quais devem intervir mais adequadamente as políticas públicas (Nussbaum, 2012).

As violências contra as mulheres são a manifestação extrema da discriminação e das relações desiguais de poder entre homens e mulheres. As violências, assim como a sua ameaça, reproduzem-se praticamente em todos os espaços da vida das mulheres: na rua, nos lugares de trabalho, na escola, nos espaços de festividades e de ócio, nos meios de comunicação, na comunidade, nas redes sociais e no espaço íntimo do lar. Têm uma forte influência em diversas culturas e reproduzem-se devido à tolerância social e à cumplicidade das instituições. As violências contra as mulheres, pela sua amplitude, caráter e natureza, reduzem o exercício do resto de capacidades por parte das mulheres.

Estas violências têm *múltiplas dimensões*, e nesta breve análise também queremos destacar a problemática do tráfico de mulheres, uma realidade bastante oculta, que destroça as vidas de uma quantidade esmagadora de mulheres empobrecidas. Estas problemáticas estão a revelar serem realmente complexas de enfrentar, dado o seu envolvimento no sistema de poder atual, no qual os agressores podem ser protegidos pelas elites políticas e económicas em muitos territórios. Estas violências cruzam os corpos, especialmente o das mulheres, tanto em tempos de guerra aberta como de suposta paz, e vão deixando um rasto de mortes, de medos e traumas coletivos que se manifestam em todas as sociedades, de uma forma mais cruel nas mais empobrecidas e exploradas.

As expressões de violência contra as mulheres, manifestam-se da forma mais crua em *momentos de conflito armado*, onde as violações se convertem em armas de guerra, uma vez que os corpos das mulheres são o símbolo da supervivência de um povo e violentá-las põe em perigo o futuro do mesmo, mostrando o poder de dominação na sua expressão máxima. Assim, nos conflitos de Columbia, Guatemala ou República Democrática do Congo, entre outros, tanto as experiências como as estratégias para as superar estão a ser atualmente analisadas e estão a evidenciar a impunidade com que se realizam e as consequências que geram.

É importante salientar que em muitas situações de conflito armado, a violência contra as mulheres não acaba quando se estabelecem os acordos de paz, uma vez que esta continua. Para muitas mulheres, o binómio não é guerra ou paz, mas violência ou paz.

## TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Tomando como exemplo o conflito armado colombiano, o *continuum das violências* contra as mulheres toma formas específicas que estão relacionadas com os interesses descobertos que nele se evidenciem. Neste conflito, os interesses económicos, sociais e políticos jogam-se em torno da terra e através do controlo do território: as atividades extrativas e os cultivos de grande escala destinados à exportação, que respondem aos interesses de grandes empresas transnacionais; a construção de infraestruturas para facilitar essas atividades; a ocupação do território na luta política entre o Estado e as forças guerrilheiras insurgentes.

Tudo isto num contexto de desigualdade social relativo à repartição da terra e da riqueza. Em quase todos os conflitos que se desenvolvem no território colombiano, a chave está em separar as populações da terra. Assim se constatou nos testemunhos de muitas mulheres camponesas, indígenas ou afrodescendentes vítimas de uma violência brutal que sofreram a migração forçada delas e das suas famílias. A violência não só força a migração das populações, como também quer acabar com a possibilidade de retorno e de reconstrução das comunidades. Tem por objetivo destruir o enraizamento das populações ao seu meio, para deixar caminho livre à exploração dos recursos naturais com elevados níveis de benefício.

Esta violência que pretende separar a população civil da terra atua deliberadamente contra as mulheres porque elas são uma peça chave para que a vida possa ter lugar em condições de humanidade, entendidas como os princípios mínimos de qualidade de vida (refúgio, alimentação, higiene, educação, etc.), necessários para manter as pessoas. Para além das condições materiais da vida, apesar de não separadas destas, são sobretudo as mulheres que criam e recriam relações que humanizam e civilizam dando identidade, reconhecimento e valor às pessoas; reforçando relações familiares e comunitárias que constituem o tecido social.

Deste modo, no caso do conflito armado colombiano, pode falar-se de uma política sexual de debilitação contínua das práticas que fazem e refazem as relações e as condições que sustentam a vida individual e coletiva das populações, tratando-se mais de práticas de mulheres do que de homens. Trata-se de uma política sexual porque é uma atuação sistemática e preparada contra a atuação das mulheres e que atua com ensinamento violento contra os seus corpos, para deixar uma marca de domínio que perdure. O ataque contra os corpos femininos, contra a rede de relações que elas tecem e que cuidam, bem como o ataque con-

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

tra os espaços nos quais se desenvolvem as suas formas e os seus meios de vida, destina-se a acabar com a função de criação social que liga diariamente a vida coletiva, dando continuidade à vida das populações e das comunidades (Gallego, 2013).

O *militarismo* fomenta aqueles valores e comportamentos mais agressivos que dão lugar ao que se denominou hipermasculinidade, um modelo de homem que encarna, melhor que ninguém, a dominação patriarcal. Este modelo de héroi hipermasculino caracteriza-se pelo desprezo face ao feminino, a criminalização do diferente, a desvalorização de vidas próprias e alheias, a promoção das hierarquias de poder e a obediência cega que impossibilitam a autonomia e o pensamento próprio. Quem assume os valores e os comportamentos hipermasculinos, são precisamente homens cuja masculinidade é subalterna na hierarquia patriarcal, e que são utilizados, instrumentalmente para levar a cabo as atrocidades que lhes encomendam outros homens hegemónicos que ocupam as esferas do poder e beneficiam-se das cadeias de subordinação das masculinidades (Leatherman, 2011).

A violência da guerra, contudo, acaba por continuar a intensificar-se e magnificar-se na violência que está presente nas vidas das mulheres colombianas à margem do conflito armado. Esta violência, em todos os âmbitos e ao longo das suas vidas tem a ver com o assédio moral, o abuso, o maltrato e a violência presente nas relações de convivência no lar, no trabalho, no povo ou na comunidade.

Precisamente, a ideia de *continuum* das violências permite tornar visíveis as interações da violência física, psicológica, económica, social e política e descrever as suas manifestações de maneira simultânea ou sequencial nas vidas das mulheres, nos âmbitos de relação pública e privada. No entanto, essa capilaridade das violências que tende a torná-las omnipresentes encontra também resistências. Travam-lhe as práticas e os espaços de mulheres e homens que atuam na lógica do respeito e do cuidado frente aos seres humanos, e que exigem políticas públicas integrais que possam integrar as diversas dimensões da vida das pessoas.

## **ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES**

As análises e propostas relacionadas com o desenvolvimento das capacidades das pessoas e dos povos, deverão prestar especial atenção às múl-

## TERRITÓRIOS EM CONFLITO

tiplas e diversas práticas de mulheres e homens que reivindicam os seus territórios e espaços comunais, os seus corpos livres de violências, os seus recursos, os seus meios de vida, as suas liberdades, a sua dignidade, as suas identidades e a sua paz. Estas práticas são um bom reflexo das culturas vivas que existem no planeta, e indicam-nos princípios que nos levam a perceber como querem organizar as suas vidas, tanto a nível político e económico como cultural.

O conceito de agência de Amartya Sen está muito relacionado com a estratégia de *empoderamento*, impulsionada pelos movimentos feministas do Sul e que procura a superação das estruturas de subordinação com alterações radicais nas leis, nos direitos de propriedade, e nas instituições que reforçam e perpetuam a dominação masculina. Partilhamos a definição de Marcela Lagarde, que considera o empoderamento como o conjunto de processos vitais definidos pela aquisição ou invenção e interiorização de poderes que permitem a cada mulher ou colectivo de mulheres enfrentar formas de opressão vigentes na suas vidas (exclusão, discriminação, exploração, abuso, assédio, inferiorização, infidelidade ou traição, incapacidade para..., depressão, auto desvalorização, angústia por falta de oportunidades, meios, recursos ou bens, dificuldades de saúde, temor extremo, etc.).

Diz-se que uma mulher ou grupo de mulheres está empoderada, quando esses poderes já não lhe são externos, tornam-se corpo e subjetividade, maneira de ser e de viver. Quando cada mulher e cada grupo de mulheres defende o seu corpo acima de todas as coisas, os seus recursos, as suas capacidades, os seus bens, as suas oportunidades, o seu mundo imediato e mediato. Superar o isolamento, requer mais que destrezas de informação, tem a ver com a maneira como uma pessoa se vê a si mesma e ao mundo. O desenvolvimento da consciência política é um aspeto importante, apesar de ser frequentemente ignorado. (Lagarde, s.d.)

O empoderamento é, portanto, o processo de transformação mediante o qual cada mulher, pouco a pouco e em algumas ocasiões a grandes passos, deixa de ser objeto da história, da política e da cultura, deixa de ser o objeto dos outros, isto é, deixa de ser-para-outros e converte-se em sujeito da própria vida, em ser-para-si-mesma, em protagonista da história, da cultura, da política e da vida social.

Nos processos coletivos, empoderar-se, implica para as mulheres deixar de ser a outra metade do mundo ou um apêndice submetido

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

e dependente dos homens (a metade dominante, androcêntrica e supremacista) e converter-se na metade da humanidade, da sociedade, da comunidade e do grupo, ao ser protagonista com equivalência de género na sociedade, na cultura, na política e nas relações económicas. Para cada mulher e para todas as mulheres, empoderar-se consiste em serem protagonistas das suas decisões sexuais, sociais, económicas, jurídicas, judiciais e políticas. E mesmo assim serem sujeitos da cultura no sentido de pensar e de sentir legitimidade para exprimir, comunicar, atuar, experimentar e criar.

Esta abordagem de sujeitos, direitos e de oportunidades vincula-se facilmente com a abordagem das capacidades, sendo ela legislativa e partindo da importância da justiça em qualquer proposta que queira oferecer algumas medidas importantes para a transformação social. Nestes debates, é relevante o papel das políticas públicas na superação das discriminações, e nesse ponto destaca-se a contribuição realizada por Nancy Fraser (1996), a respeito da necessidade de combinar as políticas redistributivas e de reconhecimento para captar as interseções das opressões. Esta proposta reflecte a conveniência de introduzir a perspectiva feminista nas análises das políticas públicas.

As *políticas de redistribuição* centram-se em fazer face às injustiças definidas como socioeconómicas, entre as quais se destaca a exploração, como consequência da apropriação dos rendimentos do trabalho de um coletivo por outro; a marginalização económica, que abrange tanto os trabalhos mal remunerados como o desemprego forçado, e a desprivação, que consiste em negar um nível de vida material apropriado. Todas elas muito relacionadas com as capacidades fundamentais mencionadas anteriormente.

Por sua vez, as *políticas de reconhecimento*, enfrentam-se às injustiças que se compreendem como culturais, e que se encontram enraizadas nos modelos sociais de representação, interpretação e comunicação. Entre estas destacam-se o domínio cultural, que impõe a submissão a modelos de interpretação e comunicação, associados a outras culturas alheias e/ou hostis à própria; a falta de reconhecimento que impõe uma cultura por meio das representações autoritárias que tornam invisíveis outras, e a falta de respeito ao menosprezar as interações quotidianas nas representações culturais estereotipadas.

O género, segundo palavras de Nancy Fraser (2016), é um modo de comunidade bivalente. Tem uma vertente económico-política que o introduz no âmbito da redistribuição, mas igualmente uma vertente de valorização cultural que o introduz no âmbito do reconhecimento. Es-

tas duas faces interlaçam-se e reforçam-se mutuamente, e o resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e económica. Neste sentido, para combater a injustiça de género, é necessário transformar tanto a economia política como a cultura.

Neste caso, o carácter bivalente do género é a fonte de um dilema. Na medida em que as mulheres sofrem pelo menos dois tipos analiticamente diferenciados de injustiça, sendo que necessitam pelo menos de dois tipos de soluções analiticamente diferentes: precisam da redistribuição, assim como do reconhecimento. Contudo, estas soluções pressionam em direcções opostas. Enquanto que a lógica da redistribuição consiste em colocar o género à margem do jogo, a lógica do reconhecimento consiste em valorizar a especificidade de género. Perante isto, é necessário atenuar o dilema, procurando perspectivas que minimizem os conflitos entre redistribuição e reconhecimento nos casos em que ambos devem conseguir-se simultaneamente.

## BIBLIOGRAFÍA

ACOSTA, Alberto (2016): *O bem-viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos* (trad. Tadeu Breda), São Paulo, Autonomia Literária, Elefante.

ACSUR (2014): *Mujeres indígenas: cuerpos, territorios y vida en común*, ACSUR Las Segovias y Agència Catalana de Cooperación al Desenvolupament.

AWID (ASSOCIAÇÃO PELOS DIREITOS DAS MULHERES E O DESENVOLVIMENTO) (2004): «Interseccionalidad: una herramienta para la justicia de género y la justicia económica», *Derechos de las Mujeres y Cambio Económico*, 9 (Género y derechos).

CABNAL, Lorena (2016): *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*, ACSUR Las Segovias.

CARRASCO, Cristina (2017): «La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción», *Ekonomiaz*, 91.

CARSON, Rachel (2005): *Primavera silenciosa*, Barcelona, Crítica.

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

- CUNHA, Teresa (2011): «A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais. Feminismo e descolonização das teorias económicas contemporâneas», em Teresa AMAL (org.): *Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*, Porto (Portugal), Afrontamento.
- (2015): *Women InPower Women. Outras economias criadas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial*, Buenos Aires, CLACSO.
- e Luísa de Pinho VALLE (2018): «Pedagogias ecofeministas e o respeito à economia da vida. Reflexões sobre a agroecologia e o Hamutuk», em *IV Congreso de Estudios Poscoloniales 2018*, Buenos Aires.
- DAVIS, Angela (2005): *Mujeres, raza y clase*, Madrid, Akal.
- DUSSEL, Enrique (1993): *1492 O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade* (trad. Jaime A. Classen), Petrópolis, RJ: Vozes.
- ESCOBAR, Arturo (2007): *La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*, Caracas, Fundação Editorial el perro y la rana.
- FRASER, Nancy (1996): «Redistribución y reconocimiento: hacia una visión integrada de justicia de género», *RIFP* 8.
- (2016): «¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era postsocialista», em Judith BUTLER e Nancy FRASER: *¿Reconocimiento y redistribución? Un debate entre marxismo y feminismo*, Madrid, Traficantes de Sueños. Disponível em <[https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/documentos\\_nlr\\_3\\_web\\_0.pdf](https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/documentos_nlr_3_web_0.pdf)>.
- GALLEGO ZAPATA, Marina (coord.) (2013): *Comisión de Verdad y Memoria de Mujeres Colombianas*, tomo 1: *La verdad de las mujeres. Víctimas del conflicto armado en Colombia*, Bogotá, Ruta Pacífica de las Mujeres.
- GANDARIAS, Itziar (2016): *Hasta que todas seamos libres. Encuentros, tensiones y retos en la construcción de articulaciones entre colectivos de mujeres migradas y feministas en Euskal Herria*. Tese doutoral.
- GARGALLO CELENTANI, Francesca (2016): «La transformación feminista como revolución social. Una mirada desde los feminismos de los pueblos», *Viento Sur*, 145, 5-15.

## TERRITÓRIOS EM CONFLITO

HARCOURT, Wendy (2011): *Desarrollo y políticas corporales. Debates críticos en género y desarrollo*, Barcelona, Bellaterra/SGU.

JUBETO, Yolanda, e MERTXE LARRAÑAGA (2014): *El Desarrollo Humano Local desde la equidad de género: un proceso en construcción*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU).

LAGARDE, Marcela (s. d.): «Intercambio y desarrollo humano en América Latina», CIDHAL.

LARRAÑAGA, Mertxe, e Yolanda JUBETO (2011): *El Desarrollo Humano Local: aportes desde la equidad de género*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU) (Cuadernos de Hegoa, 56).

LEATHERMAN, Janie (2011): *Sexual Violence*, Cambridge, Malden, Polity Press.

LUGONES, María (2014): «Rumo a um feminismo descolonial» (trad. Juliana Watson e Tatiana Nascimento), *Revista Estudos Feministas*, 22 (3), 320, 935-952.

MALDONADO-TORRES, Nelson (2007): «Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto», em S. CASTRO-GÓMEZ e R. GROSGOUEL (eds.): *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá, Siglo del Hombre Editores.

MELLOR, Mary (2000): *Feminismo y ecología*, Madrid, Siglo XXI.

MOHANTY, Chandra Talpade (1987): *Feminism without Borders*, Durham, Duke University Press.

NELSON, Julie A. (1996): *Feminism, Objectivity & Economics*, Londres/Novo Iorque, Routledge.

NUSSBAUM, Martha C. (2012): *Crear capacidades. Propuesta para el desarrollo humano*, Barcelona, Paidós.

OROZCO, Amaia (2010): *Cadenas globales de cuidados. ¿Qué derechos para un régimen global de cuidados justos?*, INSTRAW.

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

- PARODI, Camila, e Laura Salomé CANTEROS (2016): «Reina Maraz: cuando ser pobre, migrante, indígena y víctima de violencias es sinónimo de condena», em Claudia KOROL (comp.): *Feminismos populares: pedagogías y políticas*, Buenos Aires, El Colectivo/Editorial Chirimbote/América Libre.
- PICCHIO, Antonella (2001): «Un enfoque macroeconómico “ampliado” de las condiciones de vida», em Cristina CARRASCO (ed.): *Tiempos, trabajos y género*, Barcelona, UB.
- QUIJANO, Aníbal (1992): «Colonialidad y modernidad/racionalidad», em H. BONILLA (comp.): *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*, Bogotá, FLACSO.
- (2000): «Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina», em E. LANDER (comp.): *La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales*, Buenos Aires, CLACSO.
- (2009): «Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder». Conferência realizada no XXVII Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia, Buenos Aires, 1-15.
- QUIROZ, Tania (2011): «Descolonizando el sujeto mujer», em Patricia CHÁVEZ et al.: *Despatriarcalizar para descolonizar la gestión pública*, La Paz, Vice-Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia-Diretoria de Participação Cidadã.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2014): *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*, Boulder/Londres, Paradigm Publishers.
- (2018): *The End of the Cognitive Empire. The Coming of Age of Epistemologies of the South*, Durham/Londres, Duke University Press.
- SHIVA, Vandana (2006): *Manifiesto para una democracia de la tierra: justicia, sostenibilidad y paz*, Barcelona, Paidós.
- (2013): *Making Peace with the Earth*, Londres, Pluto Press.
- SPIVAK, Gayatri C. (2006): «Nuevas ropas para el esclavo. Manuel Asensi entrevista a Gayatri Spivak», *Revista Ñ, Clarín*. Disponível em <<http://edant.clarin.com/suplementos/cultura/2006/04/08/u-01173250.htm>> (consultado em 28/07/16).

- SUÁREZ NAVAZ, Liliana, e Aída HERNÁNDEZ CASTILLO (2004) (eds.): *Descolonizar el feminismo. Teorías y prácticas desde los márgenes*, Madrid, Cátedra.
- SVAMPA, Maristella (2019): *Las fronteras del Neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*, Guadalajara (México), Universidade de Guadalajara/CALAS.
- VALLE, Luísa de Pinho (2017): «El ecofeminismo como propulsor de la expansión de la racionalidad ambiental», *Ecología Política*, 54.  
— (2019): «Ecofeminismo», em *Dicionário Alice*. Disponível em <[https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id\\_lingua=1&entry=24270](https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24270)> (consultado em 28/04/19).
- VALLS-LLOBET, Carme (2018): *Medio ambiente y salud. Mujeres y hombres en un mundo de nuevos riesgos*, Madrid, Cátedra.
- WALSH, Catherine (2007): «Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial», em Santiago CASTRO-GÓMEZ e Ramón GROSGOQUEL (comps.): *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá, Siglo del Hombre Editores.

## RECURSOS PARA FORTALECER O CONHECIMENTO E SUPERAÇÃO DOS CONFLITOS

As propostas feministas partem do pressuposto que «o pessoal é político», sendo que a aprendizagem que nos fornecem as práticas de transformação é um elemento-chave na construção das teorias que nos permitem aprender melhor a realidade, por meio de um conhecimento que é sempre contextualizado. Neste processo, a interdisciplinariedade é crucial para poder conhecer em profundidade e fazer face às injustiças vividas nas nossas sociedades. Neste sentido, seguidamente, reunimos algumas referências inspiradoras em torno dos princípios da epistemologia feminista, os quais são úteis para analisar, de forma mais integral, os processos de alteração e transformação dos nossos povos. Também reuniremos referências

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

vinculadas com as propostas para despatriarcalizar e descolonizar os territórios do ponto de vista feminista, as quais apostam na equidade das relações humanas e propõem situar a sustentabilidade no centro da rede de vida. Para concluir, incluímos dois vídeos para a reflexão.

#### ■ Metodologias de investigação feministas

As referências citadas em seguida fornecem algumas reflexões interessantes sobre a metodologia de investigação feminista que esperamos que sirvam a todo o grupo nesta viagem complexa e apaixonante.

BIGLIA, Barbara (2014): «Avances, dilemas y retos de las epistemologías feministas en la investigación social», em Irantzu MENDIA AZKUE et al. (coords.): *Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU)/SemRef.

Em palavras de Barbara Biglia, «a metodologia de investigação feminista, entendida como uma proposta de intervenção e transformação social. Não consiste apenas em observar o panorama como espetadoras passivas, mas em fomentar debates quanto ao futuro, ao que está a acontecer e ao que poderia ser uma aproximação feminista crítica à produção do conhecimento. Pretende-se assim teorizar sobre as possibilidades de assumir a nossa agência feminista com o objetivo de produzir conhecimentos transformadores, interagindo de uma forma construtiva e respeitosa com as realidades sociais com e nas quais investigamos».

<http://biblioteca.hegoa.ehu.es/registros/19986>

BLÁZQUEZ, Norma, Fátima FLORES e Maribel RÍOS (2012) (coords.): *Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales*, México, UNAM.

As análises reunidas neste livro são o resultado de uma reflexão coletiva realizada pelas as coordenadoras e autoras, que procuram aprofundar as abordagens teóricas e metodológicas nas investigações feministas. O livro está dividido em três partes: 1) Epistemologia e crítica da investigação feminista; 2) Metodologia da investigação feminista; 3) Representações sociais e género.

MARCOS, Silvia (2010): *Cruzando fronteras: mujeres indígenas y feminismos abajo y a la izquierda*, Chiapas (México), SCLC.

Os trabalhos reunidos neste livro, não-livro, mostram o poder do diálogo através das diferenças e apostam pela criação de um novo conhecimento feminista sobre a justiça e a transformação social, fornecendo recursos para o questionamento de formas de globalização opressivas.

MARTÍNEZ-PALACIOS, Jone (2017): *Participar desde los feminismos. Ausencias, expulsiones y resistencias*, Barcelona, Icaria.

Tal como aborda a coordenadora deste volume, as autoras que refletem sobre a participação do ponto de vista feminista partem do reconhecimento do valor político crítico inscrito na teoria feminista, com o objetivo de, em primeiro lugar, detetar a dominação; e, em segundo lugar, encontrar propostas para a sua progressiva desativação. As autoras ajudam-nos a pensar a democratização a partir de um princípio feminista e oferecem-nos práticas de democratização inclusiva desde uma óptica feminista, incluindo contextos de conflitos armados.

TUHIWAI SMITH, Linda (2017 [1999]): *A descolonizar las metodologías. Investigación y pueblos indígenas*, Tafalla, Txalaparta.

Tal como reúne na sua introdução, este livro converteu-se num clássico essencial para a prática política e educativa dos povos e comunidades indígenas. A autora transcreve detalhadamente os mecanismos ideológicos imperialistas subjacentes tanto nas formas que temos de conhecer o mundo como nos dispositivos culturais, educativos, antropológicos e ético-políticos a partir dos quais nos aproximamos de outros povos. Propõe igualmente estratégias que nos ajudem a reconsiderar ideias e conhecimentos antigos, com o objetivo de levar a cabo uma descolonização completa das metodologias opressoras.

### ■ Estratégias de despatriarcalização e descolonização

ACSUR LAS SEGOVIAS (2015): *Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala*.

Neste documento reúnem-se as contribuições de duas feministas latinoamericanas de referência, Ochy Curiel e María Galindo, no

### 3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

sentido de entender, do outro lado do Atlântico, algumas das visões teóricas e práticas dos feminismos. Orientados por elas, aproximamos da proposta do feminismo descolonial e da descolonização, e da despatriarcalização da sociedade e dos feminismos.

<https://suds.cat/wp-content/uploads/2016/01/Descolonizacion-y-despatriarcalizacion.pdf>

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel (2015): *Desandar el laberinto. Introspección en la feminidad contemporánea*, Tinta Limón.

Na sinópsis deste livro a autora explica-nos o que pretende e o que não pretende: «não pretendo, por nada, elaborar uma teoria geral da liberação das mulheres. O que pretendo é, simplesmente, proporcionar diretrizes a fim de fazer uma revisão de como fomos construídas socialmente de uma determinada maneira, que na maioria dos aspetos nos enche de insatisfação, para que a partir desse momento vislumbremos o modo como construir a nossa compreensão do mundo —isto é, visualizar na perspectiva do universo do simbólico— e conseguir situar, para em seguida desmontar, os dispositivos e as configurações sociais de opressão e de impedimento com vista à liberdade de nós mesmas, as quais estão também, e sobretudo, inscritas nos nossos corpos, gravadas na nossa psique».

OLIVA PORTOLÉS, Asunción (2016): *Miradas feministas: del postcolonialismo a la globalización*, Madrid, Fundamentos.

Neste livro a autora faz uma leitura crítica do pensamento pós-colonial, reunindo por sua vez as considerações de teorias contemporâneas e concluindo que existe uma necessidade de analisar a forma de como atua o patriarcado em cada lugar do mundo, em cada situação histórica, bem como as novas formas de violência de todo tipo que desenvolve.

## ■ Videos para a reflexão

### *Volar*

*Volar* (2017) é um filme dirigido por Bertha Gaztelumendi no qual nove mulheres com um passado de violência de género relatam em primeira pessoa as suas experiências e o seu percurso vital. Emakunde põe uma cópia do mesmo à disposição das instituições e das entidades que o queiram projetar.

<http://www.emakunde.euskadi.eus/sensibilizacion/-/informacion/pelicula-volar/>

### *Fabricando mujeres*

Este documental de 2018, foi o resultado de múltiplos esforços de SETEM e Al Borde Films, por tornar visível e visual os diversos tipos de violência vinculados com o consumo, dentro do sistema económico e de vida atual ocidental. Está baseado no estudo de SETEM: *¿Consumimos violencia?* e está composto por reflexões e entrevistas para tentar revelar como surgem as violências machistas no consumo de produtos do lar, alimentação, estética ou no espaço público.

<https://factoriadevalores.eus/fabricando-mujeres-el-documental-que-denuncia-las-violencias-machistas-en-el-consumo/>

### *Los cuidados*

Em este filme de La Sandunga Transmedia (2019), Silvia aterriza em Vallecas, um bairro popular de Madrid, para permanecer em medicina familiar. Chega a um centro de saúde muito especial, onde se encontra com Irene, Marta, Juan Luis e Maria José: pessoas que dizem que constituir bairro é a melhor maneira para estar mais saudável.

<https://vimeo.com/lasandungatransmedia/loscuidados> (de momento está só disponível o *teaser*)

O filme é vinculado com o livro seguinte: PÉREZ ALONSO, Edith, Antonio GIRÓN e Juan Luis RUIZ-GIMÉNEZ (coords.) (2019): *Los cuidados: saberes y experiencias para cuidar los barrios que habitamos*, Madrid, La Sandunga Transmedia/Libros en Acción (Ecologistas em Ação).